



O FNDEP e os movimentos sociais em torno do BRICS: uma experiência do passado para inspirar as lutas do futuro

The FNDEP and the social movements around the BRICS: an experience from the past to inspire the struggles of the future

El FNDEP y los movimientos sociales en torno a los BRICS: una experiencia del pasado para inspirar las luchas del futuro

João Carlos Cichaczewski¹
Mariléia Maria da Silva²

Citação: CICHACZEWSKI, João Carlos; SILVA, Mariléia da; O FNDEP e os movimentos sociais em torno do BRICS: uma experiência do passado para inspirar as lutas do futuro. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18, 95977. Dezembro de 2024.



<http://10.5380/jpe.v17i0.95977>

Resumo: O presente artigo resulta de uma pesquisa documental e de caráter exploratório, e tem por objetivo apresentar algumas das experiências do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) na elaboração e disputa das políticas educacionais no Brasil, especialmente a partir dos anos finais da década de 1980 e durante a década de 1990. Com base nisso, procura-se problematizar os espaços de articulação dos povos no interior do BRICS, na atualidade, compreendendo-o como frente agregadora dos países do Sul Global diante da ofensiva hegemônica estadunidense. O artigo apresenta os antecedentes do FNDEP, considerando-o como um importante aparelho privado de hegemonia, nos termos de Gramsci, e os debates que protagonizou na Assembleia Nacional Constituinte e durante os processos de discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) na década de 1990. A partir disso, conclui-se que o FNDEP nos legou um método de elaboração, organização e intervenção capaz de inspirar as lutas no campo educacional, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, em um cenário no qual o Brics se afirma como um espaço em potencial para catalisar movimentos de enfrentamentos e resistências, reacendendo a luta pela autodeterminação dos povos.

1Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Doutorando em Educação na UDESC e Analista de tecnologia da Informação no Instituto Federal Catarinense (IFC). Blumenau, SC. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6325-5471>. E-mail: joaocarloscc@gmail.com

2Doutora em Educação. Professora Titular do Departamento de Pedagogia Faed/UDESC. Florianópolis, SC. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8746-9001>. Email: marileia.silva@udesc.br

Palavras-chave: Políticas Educacionais; FNDEP; LDB; PNE; BRICS.

Abstract: This article is the result of documentary and exploratory research. It aims to present some of the experiences of the National Forum in Defense of Public Schools (FNDEP) in shaping and contesting educational policies in Brazil, particularly from the late 1980s through the 1990s. Based on this, the study seeks to problematize the spaces of articulation among peoples within the BRICS bloc today, understanding it as an aggregating front for Global South countries in the face of the U.S. hegemonic offensive. The article examines the background of the FNDEP, considering it a relevant private hegemonic apparatus, in Gramsci's terms, and the debates it led during the National Constituent Assembly, as well as throughout the processes of discussing and passing the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) and the National Education Plan (PNE) in the 1990s. This analysis demonstrates that the FNDEP developed a method of drafting, organizing, and intervening that inspires educational fights in Brazil and other Latin American countries. In this context, BRICS emerges as a potential space to catalyze resistance movements and confrontations, reigniting the struggle for the self-determination of peoples.

Keywords: Educational policies, FNDEP; LDB; PNE; BRICS

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación documental exploratoria, y tiene como objetivo presentar algunas de las experiencias del Foro Nacional en Defensa de la Escuela Pública (FNDEP) en la elaboración y disputa de las políticas educacionales en Brasil, especialmente desde fines de la década de 1980 y durante la década de 1990. A partir de ahí, busca problematizar los espacios de articulación de los pueblos en el seno del BRICS en la actualidad, a partir de una comprensión de que es un frente agregador de los países del Sur Global frente a la ofensiva hegemónica estadounidense. El artículo presenta los antecedentes del FNDEP considerándolo un importante aparato privado de hegemonía, en términos de Gramsci, y los debates que protagonizó en la Asamblea Nacional Constituyente y durante los procesos de discusión y aprobación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación (LDB) y del Plan Nacional de Educación (PNE) en la década de 1990. De esto se concluye que el FNDEP nos ha legado un método de elaboración, organización e intervención capaz de inspirar luchas en el campo de la educación tanto en Brasil como en otros países de América Latina, en un escenario en que el BRICS se afirma como un espacio en potencial para catalisar movimientos de confrontación y resistencias, reavivando la lucha por la autodeterminación de los pueblos.

Palabras clave: Políticas Educativas; FNDEP; LDB; PNE; BRICS.

Introdução

Vivemos um momento em que se fazem necessárias profundas reflexões sobre os processos de luta e organização da classe trabalhadora frente aos atuais desafios da ordem do capital, representada, sobretudo, pelos interesses estadunidenses e de seus aliados, com rebatimentos nos diferentes países e regiões. As saídas exigem articulações em um plano político-econômico mais amplo, no qual o Brasil, notadamente, poderia cumprir papel agregador, organizador e estruturador de uma trincheira de atuação coletiva no contexto latino-americano, englobando os demais países “emergentes”.

Assim, em face das disputas por hegemonia neste cenário de imposições imperialistas, precisa-se analisar, historicamente, como as diferentes frações da classe trabalhadora brasileira tomam a dianteira na defesa de seus interesses. Isso tendo em vista o histórico de fragilidade da hegemonia burguesa no país, cujas consequências mais

evidentes dessa debilidade podem ser medidas pela incapacidade de realização de uma revolução democrática tendo as massas populares como propulsoras do processo, ainda que dentro dos limites burgueses, conforme avalia Del Roio (2023).

Pode-se notar que, no Brasil, a partir do fim da ditadura empresarial-militar, parte importante desses processos de resistências, em âmbito institucional, deu-se pela constituição do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). O FNDEP é um dos produtos históricos de um intenso processo de lutas e organização da classe trabalhadora brasileira no contexto da chamada “redemocratização”. Expressivos movimentos sociais se organizaram nesse período para, em um primeiro momento, disputar os rumos da sociedade brasileira em geral e, em um segundo momento, focalizar sua atuação na disputa pelas políticas públicas no âmbito do Estado restrito, em particular.

Importante salientar que a perspectiva teórico-metodológica sobre a qual se assentam as análises do presente estudo está no rico legado gramsciano, especialmente em suas contribuições para compreender a relação entre Estado e sociedade civil e a disputas por hegemonia. O que implica apreender o Estado em sua acepção integral, no qual se fazem presentes, de modo inteiramente orgânico, o Estado restrito, ou político, constituído pelos aparelhos governamentais de administração e organização, bem como a sociedade civil, esta organizada mediante os seus diferentes aparelhos privados de hegemonia (APHs) e seus intelectuais orgânicos, cuja função é formular e difundir visões de mundo em conformidade aos APHs ao qual pertencem. Portanto, nas palavras de Gramsci, é necessário entender o Estado para “[...] além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil” (2014, p.258).

Nesses termos, o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964 contra o então Presidente João Goulart (1961-1964), que abriu um período de intensos ataques e perseguições às organizações da classe trabalhadora brasileira, é entendido como uma ação que vem acomodar, no âmbito do Estado integral, os interesses das diferentes frações burguesas em torno de um projeto societário hegemônico, que se expressa por meio de “[...] uma composição civil-militar, com preponderância militar e um nítido objetivo primordial – o de consolidar a dominação burguesa” (FERNANDES, 1976, p.218). Esse processo levou a cabo uma série de intervenções, prisões, exílios, sequestros, desaparecimentos e assassinatos de dirigentes do movimento operário brasileiro. Estava em curso o chamado “milagre econômico”, que, por se fundamentar na extração de altas

taxas de mais-valia mediante uma política de arrocho salarial, tinha no movimento dos trabalhadores seu principal antagonista.

Porém, mesmo após o transcurso de 21 anos de terrorismo de Estado, aqui entendido na sua feição integral, para desmobilizar e desarticular as organizações proletárias – que também se organizam em seus próprios aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, associações, movimentos sociais, dentre outros – as próprias contradições da luta de classes fizeram ressurgir esse movimento em novas bases, por exemplo, as greves do ABCD³ Paulista nos anos de 1978 e 1979.

Essas greves do final dos anos 1970, mais do que reivindicar melhores salários e condições de trabalho, colocaram em curso uma alternativa política para a classe trabalhadora brasileira que, aliada a outros fatores, foi indispensável para inaugurar o processo que ficaria conhecido como “abertura democrática”.

Em relação à pauta educacional, a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 16 de março de 1978, tornou-se um marco histórico, pois, a partir daí, desencadearam-se movimentos pelo fim do analfabetismo, pela ampliação da educação básica, pela promoção de concursos públicos, pelo fortalecimento das escolas e universidades públicas, dentre outros. Nesse contexto histórico é que, no ano de 1986, surge o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) como um importante aparelho privado de hegemonia (APH) da classe trabalhadora.

Estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais, o artigo em tela, de natureza documental e caráter exploratório, à luz de Gramsci, visa apreender o processo de constituição do FNDEP na seção Antecedentes do FNDEP. Nas seções O FNDEP na Constituinte e O FNDE na LBD, procura-se captar o movimento do fórum na defesa pela educação pública, estatal e laica; e sua articulação com os demais aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora no âmbito do Estado restrito. Na seção O FNDEP no Contexto do BRICS, mediante o exame dessa experiência do fórum, objetiva-se discorrer brevemente sobre os desafios atuais no campo da educação em contraposição às (contra)reformas protagonizadas pelos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes. Tais desafios são apreendidos considerando a posição

³Sigla para definir a região industrial de São Paulo, formada, originalmente, pelos municípios da Zona Sudeste da Grande São Paulo: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul. Atualmente inclui-se Diadema (D).

que o país ocupa na dinâmica do capital, tanto para o enfrentamento da hegemonia imperialista, capitaneada pelos Estados Unidos e com forte apoio dos países europeus mais ricos, quanto pela possibilidade de se construir no interior do Brics um polo de resistência com pautas construídas com e em favor da classe trabalhadora, a exemplo do ‘BRICS dos povos’.

Antecedentes do FNDEP

O Brasil, nos anos finais da década de 1970 e nos iniciais da década de 1980, passava por um momento de grande agitação social ocasionada pela perspectiva real de derrota de uma ditadura que tinha colocado o país sob um regime de terror e repressão que, no frígido dos ovos, teve o propósito de saldar os compromissos firmados entre as frações burguesas proprietárias e o capital imperialista, segundo avalia Del Roio (2023).

Nesse ambiente de transformações e otimismo, marcado pela possibilidade de uma transição democrática, ainda que titubeante, a classe trabalhadora brasileira vai se reorganizar nos seus aparelhos privados de hegemonia (APHs) nos mais variados espaços: nos sindicatos, por melhores salários e condições de trabalho; nos grêmios, diretórios e centros acadêmicos, pela liberdade de pensamento e expressão; no campo, em sindicatos de trabalhadores rurais e pela reforma agrária; nos bairros das grandes cidades, por assistência básica e contra o aumento do custo de vida; nas escolas, pelo planejamento participativo envolvendo a comunidade do entorno.

Importa destacar que esse entusiasmo de seguimentos organizados da classe trabalhadora, talvez muito mais subjetivo que objetivo, tem sua razão de ser na própria história do país em relação ao processo de consolidação da hegemonia burguesa. Isto é, partindo do entendimento de que ‘hegemonia’ diz respeito à capacidade de uma classe de exercer domínio, dirigindo moral e intelectualmente as demais classes, essa possibilidade sempre se mostrou truncada no caso brasileiro. A incapacidade das frações burguesas em romper, de fato, com a oligarquia agrária e arcar com os compromissos mínimos de elevação das condições de vida da classe trabalhadora, como elemento central no processo de desenvolvimento das forças produtivas no país, implicou em uma burguesia, conforme já referido, débil (DEL ROIO, 2023), mas também trouxe consequências para o processo de luta da classe trabalhadora.

No que tange às entidades do campo educacional, a subordinação total do regime militar aos ditames imperialistas fez com que as políticas educacionais desenvolvidas nesse período fossem fortemente marcadas por uma grande carga ideológica produzida pelo tecnicismo educacional da Teoria do Capital Humano. É nesse cenário que em 1976 é fundado o Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC); em 1978 são fundadas a ANPEd e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); em 1979 é fundada a Associação Nacional de Educação (ANDE); e em 1981 é fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Essas entidades, as quais nominamos APHs da classe trabalhadora, promoveram seis edições das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), de 1980 a 1991, espaços que posteriormente dariam origem ao FNDEP.

De acordo com Fonseca, Araújo e Vasconcelos (2019, p. 114), a I CBE, realizada em São Paulo/SP no ano de 1980, teve como objetivo “[...] diagnosticar a situação educacional brasileira, contrapor-se ao modelo de escola forjada no período ditatorial elaborando uma proposta que articulasse escola e sociedade”. Em 1982, foi realizada em Belo Horizonte/MG, a II CBE, que aponta em seu manifesto o direito de acesso à educação como “[...] uma reivindicação que tem suas raízes na consciência e mobilização cada vez mais ampla das camadas exploradas da população” (Anais II CBE *apud* EVANGELISTA, 1988, p.91). Em 1984 realizou-se a III CBE, na cidade de Niterói/RJ que, segundo Fonseca, Araújo e Vasconcelos (2019, p. 114):

Avançou na particularidade da política educacional, tendo como temática geral “Das críticas às propostas de ação”, subdividida em três temas geradores: Política educacional e crise brasileira; A questão pedagógica e os desafios das questões sociais; A gestão pública dos negócios da educação.

A IV CBE, na cidade de Goiânia/GO, em 1986, produziu um diagnóstico dos problemas relacionados “[...] à universalização e qualidade do ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério e à escassez e má distribuição das verbas públicas” (FONSECA; ARAÚJO; VASCONCELOS, 2019, p. 114). Tendo sido realizada no início do processo de eleição de deputados constituintes, essa edição da CBE foi precursora no chamado para que a nova constituição:

[...] assegurasse o direito de todos os brasileiros à educação, em todos os graus de ensino, e o dever do Estado na sua garantia. As entidades organizaram a luta pressionando candidatos às constituintes quer federal quer nos estados, cobrando o cumprimento das medidas propostas para a democratização da educação [...] (FONSECA; ARAÚJO; VASCONCELOS, 2019, p. 115).

Diante disso, a partir da IV CBE, tomava forma um projeto educacional que iria disputar os rumos da pauta educacional na Assembleia Nacional Constituinte, sendo o FNDEP seu mais destacado operador político. Tendo como objetivo principal o agrupamento de entidades, movimentos e mandatos comprometidos com a defesa da educação pública, o FNDEP foi fundado em 1986, composto por 15 organizações do campo sindical, estudantil, acadêmico-científico e de classe, dentre as quais destacam-se: Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), e Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) (BOLLMANN; AGUIAR, 2016).

Ainda foram realizadas mais duas edições das CBEs. Com o tema “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: compromisso dos educadores”, a V CBE aconteceu em Brasília/DF em 1989. Já a VI CBE (e última) foi sediada na cidade de São Paulo/SP, no ano de 1991, e contou com a participação de mais de 6 mil educadores (Bollmann, 2010, p. 664). Sobre essas duas últimas conferências, não encontramos mais detalhes nos textos pesquisados.

O FNDEP na constituinte

Tendo promovido significativas elaborações para a política educacional brasileira por meio das CBEs durante a Constituinte, as entidades articuladas no FNDEP desempenharam um papel fundamental ao promoverem o debate com as associações de estabelecimentos privados e confessionais de ensino sobre a utilização do fundo público. Costa (2018) sistematiza essa disputa em três correntes distintas que defendiam:

1) verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente para o ensino público [...]; 2) verbas públicas também podem ser destinadas para escolas particulares sem finalidade lucrativa; 3) verbas públicas podem ser destinadas para o ensino público e privado, indistintamente, incluindo escolas particulares com finalidade lucrativa (p. 1093).

A principal entidade representante do campo que defendia o repasse de verbas públicas para escolas privadas com fins lucrativos foi a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Como todo APH das frações burguesas, a entidade adotou um assédio sistematizado e organizado contra seus antagonistas, em

especial o FNDEP, que mantinha justamente a posição de defesa da educação pública e estatal. (COSTA, 2018).

No campo das entidades confessionais, que defendiam o financiamento público para organizações sem fins lucrativos, a mais destacada foi a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É significativo perceber que, apesar de essa entidade estar ao lado de movimentos populares com pautas como a reforma agrária, no campo educacional, durante a constituinte, fez oposição a esses movimentos por razões evidentes: boa parte dos recursos da igreja católica no Brasil é proveniente de escolas confessionais. Mais tarde, já na década de 1990, a CNBB passaria a integrar o FNDEP, sendo uma aliada especialmente nas disputas envolvendo o Plano Nacional de Educação (PNE).

No entanto, a CNBB não se limitou a atuar apenas no terreno do financiamento, fez uso da sua capilaridade para disputar também o currículo das escolas, conseguindo a aprovação da obrigatoriedade do ensino religioso e a transferência de recursos públicos para escolas confessionais sem finalidade lucrativa, o que comprova exatamente a sua função como aparelho privado de hegemonia da igreja na disputa por uma determinada visão de mundo (COSTA, 2018).

Já o FNDEP, como legítimo representante da defesa da exclusividade de recursos públicos para a educação pública, também se organizou para a disputa e, em termos quantitativos, contava com um número de relações esmagadoramente maior do que qualquer outra entidade (Costa, 2018). Dentre as mais destacadas nesse processo figuram a ANDES e a CPB (atual CNTE)⁴.

Em um cenário no qual o fundo público era drenado para irrigar o ensino privado, o FNDEP se colocou como agente de grandes embates contra uma política educacional profundamente marcada pela desigualdade de acesso, de permanência e de êxito dos estudantes. Dentre as inúmeras demandas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte, o FNDEP ainda encampou a luta pela valorização do magistério e:

A defesa da educação como um direito de todo cidadão e dever do Estado oferecer o ensino gratuito e laico, este era o seu princípio nº 1; os percentuais das verbas públicas e seu destino foram outra preocupação e; a gestão democrática dos equipamentos escolares (TAVARES; MARTINS; CHICAR, 2020, p. 13).

⁴CPB: Confederação dos Professores Brasileiros, atualmente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Observando o desempenho do FNDEP durante a constituinte, não é possível afirmar que este saiu completamente vitorioso de todas as disputas. Ao passo que também não é possível afirmar que sua atuação no processo constitucional foi uma completa derrota. O FNDEP atuou dentro dos estreitos limites de uma 'institucionalidade' e promoveu os avanços possíveis para a correlação de forças ali presentes. Sobre isso, Tavares, Martins e Chicar (2020) concluem que mesmo que todas as pautas apresentadas pelo FNDEP não tenham sido contempladas na agenda, sua ação teve desdobramentos na Constituição Federal de 1988, ao dedicar uma seção específica para a educação.

O FNDEP e a LDB

Após ter se organizado para disputar os rumos da carta constitucional, o FNDEP permaneceu assim para outras disputas no campo das políticas educacionais. Logo no início da década de 1990, articulava-se pautar no parlamento brasileiro um projeto de Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB). Muito mais do que uma simples disputa em torno de uma lei, tratou-se ali de uma contenda da concepção de sociedade que se pretendia construir. Segundo Bollmann e Aguiar (2016):

Nesse contexto, colocavam-se de um lado forças sociais progressistas, populares e democráticas da sociedade civil, compostas por entidades, em especial o FNDEP, defensoras de uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade para todos – necessária à construção de uma sociedade democrática, socialmente justa; de outro, forças liberal-conservadoras [com] projeto educacional neoliberal, privatista e flexível para atender às demandas da sociabilidade capitalista [...] (p. 409).

Nesse contexto, os grupos que rivalizaram durante a constituinte novamente se apresentaram, agora já no terreno *strictu sensu* do parlamento. Emergia novamente a disputa entre a defesa de um ensino público de qualidade socialmente referenciado – feita por estudantes, educadores, sindicalistas, cientistas e intelectuais, organizados no FNDEP – e a defesa dos interesses privados de donos de estabelecimentos de ensino e entidades confessionais – organizados principalmente na Confenem e na Associação de Educação Católica do Brasil (AEC). Sobre a correlação de forças dessa disputa, medida pela quantidade de votos que cada proposta conseguia no congresso federal, Bollmann e Aguiar (2016) revelam que, mesmo sob condição adversa, o projeto defendido pelo FNDEP foi aprovado em 13 de maio de 1993 no Plenário da Câmara Federal mediante

acordo suprapartidário, identificado como “[...] Projeto de Lei nº 1.258-C, de 1993” (p. 415).

É importante salientar que avanços foram conquistados nesse PL no que diz respeito às diretrizes para a educação nacional. Conforme destacam Bollmann e Aguiar (2016), previa-se uma concepção ampla de educação, mediante um Sistema Nacional de Educação, incorporando como educação básica desde a educação infantil até o ensino médio. Além da garantia da participação da sociedade por meio do Fórum Nacional de Educação e fortalecimento de mecanismos que garantissem a gestão democrática.

No entanto, a força dos APHs defensores dos interesses privativos na disputa de expoentes e grupos da vanguarda das forças populares se mostrou presente. Isto é, Darcy Ribeiro, um importante intelectual da classe trabalhadora – senador à época – se incumbiu da tarefa de apresentar no Senado Federal, numa evidente manifestação de cooptação, outro projeto de lei em substitutivo ao PL 1258-C, assinado também por Marco Maciel (PFL/PE) e por Maurício Corrêa (PDT/MG).

Segundo Bollmann e Aguiar (2016, p. 422), o substitutivo de Darcy Ribeiro:

Na educação infantil não prevê de quem é a obrigação de ofertá-la, omitindo a obrigatoriedade da formação dos profissionais em nível superior que nela atuam; [...] no ensino fundamental, faculta a divisão em ciclos, com variadas formas de progressão [...]; na educação média, não garante sua obrigatoriedade, colocando como progressiva a sua universalização; na formação profissional, direciona para o imediatismo dos interesses do mercado de trabalho [...]; na educação superior, cria uma nova modalidade de ensino [...] descaracterizando os cursos de licenciatura, de graduação plena – e as atribuições e autonomia da universidade ficam limitados aos recursos disponíveis.

Ressalta-se que um projeto de lei apresentado no Senado tem prevalência em relação a um projeto de mesmo teor apresentado na Câmara. Dessa forma, o projeto de LDB do FNDEP, ainda que aprovado na Câmara, foi substituído pelo de Darcy Ribeiro. Mesmo com golpes, esse foi aprovado em 25 de outubro de 1995, ficando conhecido como o Substitutivo Darcy Ribeiro (BOLLMANN; AGUIAR, 2016). Porém, apesar de o projeto privatista ter sido aprovado, a pressão exercida pelo FNDEP conseguiu garantias importantes, como a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (Fundef) e da autonomia universitária.

O FNDEP e os desafios do presente no contexto do BRICS

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, entrou no cenário político o debate sobre um Plano Nacional de Educação (PNE) e o FNDEP novamente se articulou para encampar essa disputa. Sendo composto por amplos setores sociais vinculados à defesa da educação pública, o FNDEP promoveu debates democráticos sobre as concepções de sociedade, de Estado e de educação por meio da promoção dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs).

O I CONED se realizou no próprio ano de 1996, na cidade de Belo Horizonte/MG, tendo como eixo norteador “Educação, Democracia e Qualidade Social”, e como tema central “Construindo um Plano Nacional de Educação”. Bollmann (2010) esclarece que nesse evento foram discutidos os seguintes subtemas: Estado e educação; sociedade civil e educação; trabalho e educação; educação básica e educação superior.

O II CONED foi realizado em 1997, também na cidade de Belo Horizonte/MG, e tratou de consolidar uma proposta de PNE que ficou conhecido por “Proposta da Sociedade Brasileira”. As entidades do FNDEP realizaram um grande esforço na promoção de debates preparatórios para esse encontro em todo o território nacional, por meio de seminários temáticos locais, regionais e nacionais. Segundo Bollmann (2010, p. 667), essa proposta esteve sustentada em bases completamente “[...] distintas daquelas que os setores sociais hegemônicos vinham utilizando para manter a lógica perversa e excludente, subordinada aos interesses do grande capital especulativo [...]”.

No que diz respeito à organização dos debates, o II CONED também foi organizado por eixos, quais sejam:

Organização da Educação Nacional, que incluía: Sistema Nacional de Educação; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação; Níveis e Modalidades de Educação, incluindo: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio e Educação Profissional; Educação Superior; Formação de Profissionais da Educação (Bollmann, 2010, p. 668).

Partindo de um diagnóstico das condições da educação brasileira naquele período, em perspectiva com experiências do passado e de modelos desenvolvidos em outros países, “[...] foram apresentadas propostas para a Organização da Educação Nacional, em particular para a configuração do Sistema Nacional de Educação, para a Gestão Democrática da Educação Brasileira e para o Financiamento da Educação” (Bollmann, 2010, p. 668). Além de abordar a problemática da formação dos profissionais de educação, seja proveniente do magistério ou das áreas técnico-administrativas.

A partir dos encaminhamentos do II CONED, novamente a disputa se voltou para o parlamento brasileiro. Outra vez a contenda se colocava entre os defensores de uma política educacional pautada nos valores do mercado e os setores organizados no FNDEP defendendo os princípios de uma política educacional comprometida com os valores de igualdade e justiça social. Nesse sentido é que, só depois da provocação do FNDEP, o então Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) resolveu apresentar o seu projeto de PNE no Congresso, que ficou conhecido como “Proposta do Executivo”, sendo aprovado no ano de 2001. Nos artigos estudados não há mais detalhes de como essa disputa ocorreu no âmbito do Poder Legislativo.

O FNDEP organizou mais três CONEDs nos anos posteriores. O III CONED ocorreu na cidade de Porto Alegre/RS, em 1999, refletindo ainda sobre o contexto e as táticas das disputas em torno do PNE. Em 2002, na cidade de São Paulo/SP, o FNDEP esteve reunido no IV CONED já com o PNE do Governo FHC aprovado e buscando novos caminhos para a intervenção nas políticas educacionais do Brasil. O V CONED, e último, ocorreu em 2005, na cidade de Recife/PE, com o tema “Educação não é mercadoria”. Depois disso, o FNDEP foi desmobilizado.

Difícil abordar em pouco espaço tantos elementos que poderiam ser considerados na análise sobre a desmobilização do FNDEP. Certamente o impacto da ascensão à Presidência da República, de um partido cuja base, ao menos naquele período, foi oriunda da classe trabalhadora, teve implicações profundas nesse processo. Seja pela expectativa de que o com Governo Lula (PT, 2003-2006; 2007-2011) as pautas dos trabalhadores estariam garantidas – o que não ocorreu – e, ao mesmo tempo, pela blindagem, por parcela da esquerda organizada, de um governo que precisou fazer alianças com as frações burguesas nas disputas eleitorais.

Diante desse quadro, esquematicamente exposto, o FNDEP adquire importância e atualidade histórica tanto do ponto de vista de sua perspectiva metodológica de elo dos diferentes APHs da classe trabalhadora quanto pela sua capacidade de defesa de um projeto de sociedade genuinamente comprometido com a educação pública e estatal em detrimento dos projetos de privatização da educação mediante a entrega da formulação das políticas educacionais aos intelectuais orgânicos, representantes dos grandes oligopólios financeiros nacionais e internacionais.

Entende-se que a quadratura econômico-política de constituição do FNDEP é diferente da que se apresenta hoje, quando a ofensiva do capital não encontra mais limites

e as contradições sociais ficam cada vez mais impossíveis de serem administradas sem que resulte na regressão dos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora. Os desafios são imensos e de abrangência internacional, posto que a ofensiva econômico-política do capital contra os trabalhadores, ao maximizar as formas de exploração, impõe a perda de autonomia dos povos, revelando seu caráter imperialista.

Sob essa perspectiva, duas questões vêm a propósito: Faz sentido pensar em um fórum, aproveitando a experiência do FNDEP, em defesa da educação pública e com um projeto de sociedade minimamente comprometido com a elevação cultural das massas, agora em escala internacional? Seria o BRICS uma alternativa viável como espaço de articulação desse novo fórum de enfrentamento da ofensiva do capital imperialismo norte-americano?

BRICS é o acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O termo, que inicialmente era BRICS, teria sido empregado pela primeira vez pelo economista Jim O'Neil, em 2001, referindo-se ao conjunto de países em desenvolvimento, quando a África do Sul ainda não era integrante. Desde 2006 esse agrupamento busca construir um diálogo de cooperação entre os países membros mediante acordos entre si e nos espaços multilaterais. A partir de agosto de 2023, passaram a ser integrantes os seguintes países: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã. Segundo o Instituto Tricontinental (2023)⁵, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) fundado em 2014, pelo próprio Brics, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, parece ser uma importante ferramenta como alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial.

A consolidação das políticas neoliberais na geopolítica mundial, nas últimas décadas, com a primazia estadunidense, é um fato incontestável. Porém, é relevante assinalar que as próprias contradições no bojo dessas políticas têm suscitado resistências e revides, a ponto de se visualizar, na ordem do dia, a criação de alternativas globais que, aparentemente, surgem como articulações importantes para contrabalançar o peso da hegemonia estadunidense e suas imposições nos quatro cantos do mundo. O BRICS pode ser entendido, portanto, como uma frente importante na configuração dessas alternativas para uma nova organização da economia e de governança internacional. Ainda que seu

⁵[BRICS: Uma alternativa ao imperialismo? \(thetricontinental.org\)](https://thetricontinental.org/pt-br/brics-uma-alternativa-ao-imperialismo/) Acesso em: 20 maio 2024.

papel esteja formalmente circunscrito a promover o diálogo e a cooperação entre os seus membros mediante acordos entre si, pode-se afirmar que os países da aliança têm em comum o interesse em constituir uma nova força global, na intenção de modificar os rumos da política mundial, chegando mesmo a influir na hegemonia do Norte Global, garantindo aos membros do Brics um lugar de maior autonomia.

Não cabe nesse espaço exíguo apresentar um balanço crítico sobre o BRICS. Importa destacar que sua atuação é complexa, iniciativas como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e uma política de cooperação entre os países membros, que poderiam significar maior independência, convivem lado a lado com disputas por recursos naturais, mercado e força de trabalho mais barata (GARCIA, 2017). Conforme a autora, o desafio que se mantém é a “[...] articulação de lutas sociais desde baixo: camponeses e trabalhadores/as que enfrentam e resistem em seus territórios a grandes projetos conduzidos por corporações dos países BRICSe suas instituições financeiras” (p. 374).

Observa-se que o BRICS atualmente não se reduz à esfera governamental. Outros movimentos, embora díspares, surgem por dentro e em torno do BRICS, cujo papel de tensionamento está colocado. Do ponto de vista da classe trabalhadora merece destaque iniciativas alinhadas ao *Brics from below*, formalizado em 2013, na Cúpula de Durban, na África do Sul. Em 2014, no Brasil, na cidade de Fortaleza, ocorreu o encontro “Diálogos sobre desenvolvimento: os Brics na perspectiva dos povos”. Trata-se de agrupamentos constituídos por movimentos sociais que trazem pautas que não condizem com os interesses imediatos da acumulação capitalista, e fomentando laços de lutas transnacionais (Garcia, 2017). Importante também mencionar o “Civil Brics” que, apesar de sua organização estar vinculada diretamente ao governo o russo, esse encontro teve espaço reconhecido pela cúpula de chefes de Estado, mas certamente precisaria anunciar com mais clareza para qual lado vai tender.

No presente, o BRICS passa por um momento de certa efervescência, com o ingresso de novos membros e, no caso particular do Brasil, com o Governo Lula (2023-), um dos expoentes de sua criação. Em sua trajetória de 15 anos, conforme destaca Garcia, Lannes, Rezende (2023), percebe-se no BRICS um adensamento de instituições e novas temáticas, o que leva os autores a propor a análise da entidade mediante três dimensões: olhar desde cima, olhar horizontal e olhar vertical. É relevante assinalar que alcançar a complexidade do BRICS implica em perceber as convergências, mas também as disputas

entre os países membros e as diferenças e desigualdades entre si, que, certamente, estão fundadas na mesma lógica da competitividade mercadológica e expropriação da força de trabalho sobre as quais se sustenta o sistema do capital na sua fase imperialista.

Para Lênin (2012, p. 124), o imperialismo,

[...] é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trusts internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou.

Portanto, nenhuma ilusão quanto ao BRICS como uma força anticapitalista dada *a priori*. Seu potencial disruptivo poderia alcançar relevância na geopolítica internacional como uma força a tensionar o bloco hegemônico imperialista liderado pelos Estados Unidos, o que, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora em escala mundial, implicaria em explicitar as contradições do capital e sua natureza antiemancipatória para a humanidade.

Por outro lado, é necessário atentar justamente para as contradições do capital em movimento. Isto é, na medida em que o capital age para garantir o exercício de seu caráter de acumulação das riquezas produzidas coletivamente, mediante a expropriação da força de trabalho, destruição da natureza, subjugação das necessidades humanas ao controle voraz dos interesses mercadológicos, explicitando seus limites civilizatórios, prova e alimenta novas lutas. Assim, recupera-se o sentido de que, em torno do BRICS, poderiam se fortalecer os movimentos sociais organizados na ideia de BRICS dos Povos (2020)⁶, conforme já referido, como forças sociais em disputa contra os projetos de interesse das grandes corporações, estejam fora ou dentro do BRICS.

Nesse aspecto, a questão a ser problematizada é: em que medida os movimentos que hoje compõem as franjas do BRICS podem alçar-se à categoria de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, tal como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no passado, considerando o seu potencial de formular e difundir uma visão de mundo? Tudo dependerá da capacidade de luta desses movimentos e, inclusive, de sua resistência em não sucumbir às investidas dos aparelhos privados de hegemonia

⁶Documento Brics dos Povos.

<file:///C:/Users/81246960982/Documents/Maril%C3%A9ia%20Projetos/CADERNO-ESTUDOS-1-PT-BRICS-DOS-POVOS.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

das mais diferentes frações burguesas que, mediante seus respectivos intelectuais orgânicos, produzem consensos a serem naturalizados e seguidos.

Um exemplo candente dessas investidas e ataques pode ser percebido no campo da educação, no qual a métrica das avaliações em larga escala dá sinais fortes de que continuará a ser um balizador na definição do que se entende por qualidade educacional. Isso a julgar pelo que está descrito em documento de 2015, avalizado pela Unesco (2014) sobre os investimentos que os países do Brics fazem e devem fazer para melhorar os seus níveis educacionais. A saber:

Os BRICS investem em avaliações nacionais de resultados da aprendizagem. As avaliações nacionais conduzidas por instituições autônomas estão se tornando mais regulares (anuais, em vez de ocasionais), extensivas (abrangendo todos os estudantes de uma série específica, ou com amostras mais amplas e representativas) e complexas (baseando-se na teoria de respostas ao item, em vez de informar medidas simples, como a porcentagem de acertos), seguindo a prática estabelecida em avaliações internacionais (UNESCO, 2014, S/P).

O papel desempenhado pelas avaliações em larga escala no estabelecimento de *rankings*, estimula uma competição entre escolas e redes de ensino, pois, além de não trazer contribuições pedagógicas significativas, entendê-las como indicador único e principal de qualidade de ensino é revelador da mercadorização da educação a partir da expansão de nichos de mercado mediante a comercialização de todo tipo de produto educacional.

Considerações finais

Entendemos que o grande desafio do presente é refrear a barbárie do capital em âmbito nacional e internacional. Assim, este artigo buscou recuperar as experiências históricas do FNDEP como um importante APH da classe trabalhadora no Brasil e, ao mesmo tempo, apreender as movimentações mais recentes em torno das lutas dos povos em escala internacional no âmbito do Brics. A defesa do financiamento público para a escola pública foi o centro gravitacional de toda a organização do FNDEP durante os embates travados desde sua constituição até a desmobilização em 2005. Tratou-se de uma experiência de articulação entre amplos setores da sociedade comprometidos com o

avanço de um projeto civilizatório para o Brasil, em contraposição a um projeto privatista de manutenção e aprofundamento das desigualdades históricas que fundam este país.

Tendo atuado de forma contundente em diversos momentos da política educacional brasileira, o FNDEP nos legou um método de elaboração, organização e intervenção na realidade. O momento histórico atual é caracterizado por gigantescos ataques à educação pública, seja por meio das restrições orçamentárias que precarizaram sobremaneira as escolas e universidades nos últimos anos, seja pela imposição de políticas educacionais voltadas novamente para uma formação estritamente tecnicista. Nesse cenário, é de fundamental importância a retomada das articulações entre organizações e entidades comprometidas com as políticas públicas de educação no Brasil. O FNDEP se desenvolveu em terreno conjuntural muito distinto do que vivemos hoje, porém, sua experiência pode e deve inspirar as lutadoras e lutadores do campo educacional para as disputas presentes e vindouras.

Na atualidade, diante da complexidade da luta de classes e do acirramento das contradições sociais, ainda que o BRICS, muitas vezes, se pronuncie com um caráter representativo dos interesses do capital privado das nações pertencentes à aliança, uma vez que afronta as imposições imperialistas, ‘bagunçando’ a geopolítica mundial, cria-se terreno para reacender experiências como a da FNDEP, catalisando movimentos de enfrentamentos e resistências, reacendendo a luta pela autodeterminação dos povos.

Referências

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul/set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/58W3L3qtT7cxffMpptybf4L/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB - projetos em disputa: Da tramitação à aprovação em 1996. **Retratos da Escola, Brasília**, v. 10, n.19, p. 407-428, jul./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i19.703>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/703>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.258, de 28 de novembro de 1988**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, [2001]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757&fichaAmigavel=nao#:~:text=FIXA%20AS%20DIRETRIZES%20E%20BASES,60%20DA>

CICHACZEWSKI, João Carlos; SILVA, Mariléia da; O FNDEP e os movimentos sociais em torno do BRICS: uma experiência do passado para inspirar as lutas do futuro.

[S%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20CONSTITUCIONAIS%20TRANSITORIAS](#). Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, [20 dez. 1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. Estratégias organizativas do lobby da educação na Constituinte 87-88. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 170, p. 1088-1113, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145701>. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5701>. Acesso: 14 nov. 2023.

DEL ROIO, Marcos. As Revoluções Passivas na América Latina e a Debilidade da Hegemonia Burguesa nas Periferias. In: SILVEIRA, Zuleide Simas da; DUARTE, Luiz Claudio (org.). **Para onde vai a educação?** Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina. Marília: Lutas Anticapital, 2023. p. 147-159.

EVANGELISTA, Olinda. **O Congresso Mineiro de Educação (1983–1984) e a articulação entre organização da sociedade civil e educação escolar**. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 413 p.

FONSECA, Laura Souza; ARAÚJO, Raquel Dias; VASCONCELOS, Elizabeth Carla. O Andes-SN e a defesa da educação pública: o Encontro Nacional de Educação como espaço de resistência. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 33, p. 111-137, mai./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29371>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29371>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GARCIA, Ana; LANNES, Daniel; RESENDE, André. O Brasil nos BRICS: trajetória e desafios. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 63-79, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377527574_O_Brasil_nos_BRICS_trajetoria_e_desafios. Acesso em: 4 jun. 2024.

GARCIA, Ana. BRICS: um balanço crítico. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, n. 241, p. 374-391, 2017. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/354> DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2017.n241.p374-391> . Acesso em: 25 mai. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3. 258 p.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176 p.

CICHACZEWSKI, João Carlos; SILVA, Mariléia da; O FNDEP e os movimentos sociais em torno do BRICS: uma experiência do passado para inspirar as lutas do futuro.

MARTINS, Fernando; ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos. [Movimento social e educação: o caso do fórum nacional em defesa da escola pública: um movimento?](#) In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED-SUL: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 11., 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2016. p.? Disponível: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/trabalhos-completos-eixo-3-educacao-popular-e-movimentos-sociais>. Acesso em 21 nov. 2022.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; MARTINS, Fabiane Silva; CHICAR, Soraya Tatiara Costa Lopes. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – FNDEP na agenda política brasileira de 1988. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 6., 2020, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 2587-2603. v. 1. Sigla do evento: CONEDU. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65499>. Acesso em: 23 nov. 2022.

UNESCO. **BRICS**: construir a educação para o futuro; prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional. Brasília: UNESCO, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000229602>. Acesso em 15 maio 2024.

*Recebido em Junho de 2024
Aprovado em Agosto de 2024
Publicado em Dezembro de 2024*
